

NOTÍCIAS AFRICANAS 38

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 22 A 28 DE NOVEMBRO DE 1993

MOÇAMBIQUE

A transição, a velha e a pedra

Moçambique é hoje um dos países mais pobres do mundo. Assolado pela seca, pela corrupção, pela fome e não muito distante dos ecos da guerra recentemente terminada, está como vitimado à ajuda externa. Com um território pobre em recursos naturais, o país ainda enfrenta dificuldades económicas agravadas por fracos níveis de pluviosidade e por impossibilidade de pleno cultivo da terra devido aos incalculáveis estragos causados pela guerra.

Por conta da ajuda externa, informações de 1991 indicavam o país como o maior beneficiário da chamada "renda diplomática" africana, tendo recebido cerca de US\$ 57,6 milhões. Apelando à ajuda internacional para superar as consequências da recente e sangrenta guerra civil, o país tem direito ainda à "renda humanitária", já que cerca de um terço de sua população — incluídos os que, calcula-se, sejam três milhões de refugiados — sobrevive graças à "ajuda alimentar" (*Vermelho e Branco*, nº 17, junho de 1991).

O Acordo Geral de Paz, assinado em 4 de agosto de 1992, até há pouco não havia afastado o risco de *somalização*. Os organismos estatais há muito entraram em colapso e há ainda "senhores da guerra" aparentemente incontroláveis. No campo político, na prática, o país está dividido entre a Frelimo e a Renamo, movimento que, segundo o antropólogo francês Christian Geffray, seria uma máquina de guerra sem nenhum projeto político. Por sinal, a clara

impressão deixada por seu líder máximo, Afonso Dhlakama — em longa entrevista à revista *Tempo*, de 12 de setembro —, foi a de um homem extremamente sábio e azeitado em assuntos militares, todavia possuidor de propostas vergonhosamente primárias para as suas pretensões de presidente de um país com problemas assustadores. Com tudo isso, em Moçambique, a questão não envolve tão-somente a guerra ou a paz, pois o país terá de sobreviver com a companhia e a capacidade da comunidade internacional em ajudar os moçambicanos a se afastarem do *buraco negro* ou do colapso total do tecido social.

Após a tentativa de implantação do projeto radical e socialista da Frelimo, o quadro atual parece apontar para algo como uma "transição indefinida". Intelectuais moçambicanos sugerem que o país caminha para um capitalismo "extremamente artesanal" em que a base de acumulação são os pequenos negócios, o que constitui uma mudança extremamente violenta.

Assim, o pequeno conto do escritor moçambicano Mia Couto intitulado "A velha engolida pela pedra", infelizmente, avivou-nos a expectativa pessimista na qual aprendemos o país. Os recentes 18 anos de independência de Moçambique parecem assemelhar-se a uma velha que apesar de todos os esforços (e certos avanços) não se descola do chão de pedra.

Edson Borges

ANGOLA

Negociações, ainda que tardias

Depois de muito mistério e protelações, iniciaram-se dia 15 de novembro, em Lusaca, as negociações entre o governo angolano e os rebeldes da Unita, sob a intermediação dos representantes dos países observadores (Portugal, Estados Unidos e Rússia) e de Alioune Beye, representante para Angola do secretário geral da ONU.

A pressão norte-americana sobre os dois contendores foi decisiva, especialmente para o governo de Luanda. Antes mesmo do início das negociações, as Forças Armadas Angolanas já haviam cessado todas as manobras ofensivas. Essas atitudes criaram um clima positivo que talvez explique o anúncio da companhia petrolífera norte-americana Chevron, a maior investidora em Angola, de um programa de investimentos no país de US\$ 581 milhões.

Acabar com a guerra antes do próximo Natal parece ser o objetivo do presidente Clinton. Washington vem também pressionando Luanda para que aceite formar um governo de unidade nacional no qual a Unita teria, pelo menos até as eleições legislativas de 1996, uma participação expressiva.

Fator importante no retorno às negociações foi o compromisso da Unita de, após o cessar-fogo, retirar-se de todas as áreas que ocupa militarmente. Os rebeldes, contudo, só se comprometem a se retirar se tiverem a garantia de que os *capacetes azuis* da ONU se interporão entre eles e as forças governamentais.

A Unita reivindica também indicar os governadores de sete das 18 províncias do país. Possivelmente essa exigência se restringirá a Bié, Cuango-Cubango e no Huambo. O governo terá muita dificuldade política interna em ceder Huambo, pois isso simbolizaria consolidar a segunda cidade do país (com o mesmo nome da província) como a capital da Unita.

José Maria Nunes Pereira

Moçambique e Angola na Commonwealth? 3

Angola, no décimo oitavo ano... 4

Casa Branca quer paz em Angola até ao Natal... 5

A imprensa e a guerra de Angola 5

O fim da picada 6-8

Conflito angolano: um ano trágico 9

Por que se vendem armas para Angola? 10

Angola suspensa de Lusaca 11

Cessar-fogo assente em Bicesse 12

Compromisso entre o governo e o ANC 12

De Klerk settles below bottom line on safeguards 14

MOÇAMBIQUE

As pedras e os pássaros

Durante o período revolucionário (1975-1986) a Frelimo, semeando esperanças, explicou simplisticamente todas as mazelas do país como decorrência dos "400 anos de colonialismo português", ao mesmo tempo que definiu um combate ao imperialismo e a toda forma de exploração entre homens e países, e elaborou uma proposta de desenvolvimento baseada no Estado e na centralização das decisões.

Pendularmente, nos dias de hoje, o governo de Moçambique — ainda da Frelimo, é bom lembrar — não fala mais em exploração, em imperialismo, em colonialismo ou neocolonialismo, nem tampouco apresenta uma proposta de desenvolvimento própria. Sem uma reflexão profunda sobre a mudança de atitude, a Frelimo deixou o dito pelo não-dito e endossa as explicações e propostas neoliberais, de abertura comercial, liberdade de mercado, atrofiamento do Estado etc.

É certo que houve uma transformação profunda no mundo nos últimos 20 anos e a conjuntura internacional não é favorável a políticas indepen-

dentas. Também é certo que o país vive hoje de doações externas e, portanto, as declarações do governo não podem ferir as regras oficiais do FMI e do Banco Mundial.

A diferença com os outros países é que em Moçambique mudou a realidade sócio-econômica mas ficou no poder o mesmo partido dirigente e basicamente com as mesmas pessoas no comando, que mudaram seu imaginário e sua forma concreta de atuar. Esses dirigentes estão engajados num processo *empresarial* como beneficiários diretos, enquanto a situação do povo é a pior de sua história. É por isso que a Frelimo deve uma explicação à sociedade.

Sem uma análise autocrítica de seu passado e sem uma proposta clara para o futuro do país, a Frelimo se coloca como quem "está ficando pedra", como diz Mia Couto, e enfrentará dificuldades em ganhar as eleições proporcionais de outubro próximo, que conformarão as assembleias provinciais e nacional.

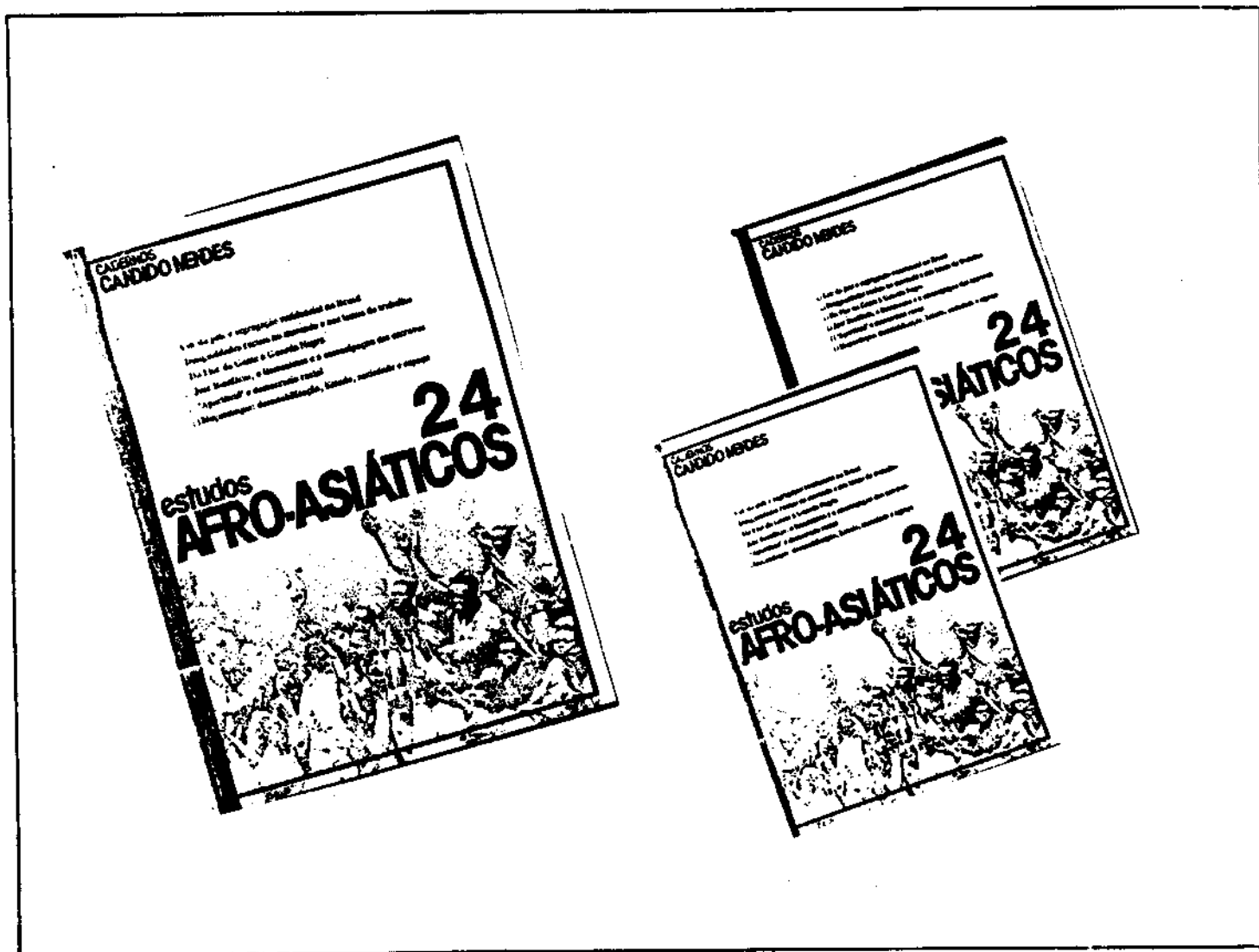
Discute-se a entrada de Moçambique na *Commonwealth*, juntamente

com Angola. Com isso, os dois países se tornariam os únicos de tal comunidade que não foram colônias inglesas. Os portos de Moçambique interessam à *Commonwealth*, sobretudo na perspectiva da criação de uma África do Sul sem *apartheid* e onde a Grã-Bretanha alimenta pretensões hegemônicas para fazer frente à sua decadência como potência.

As potências de segunda categoria, ou semiperiféricas, parecem ter simpatias por Moçambique. Foi assim com o colonialismo português e parece ser assim com o neocolonialismo inglês. A se concretizar as pretensões inglesas, Moçambique mais uma vez estaria se vinculando a uma "grande nação", mas novamente a destempo de cem anos.

Com os partidos "ficando pedra" e a realidade "prisioneira daquele escuro", lembrando novamente o escritor, quando chegará a vez e a hora de o povo "ser pássaro e voar a vida"?

Beluce Bellucci



Moçambique e Angola no Commonwealth?

TÃO tímidos e demorados têm sido os contactos políticos entre Portugal e a África do Sul pós-«apartheid» que, por altura da anunciada visita duma delegação do PS aos dirigentes envolvidos nas negociações constitucionais, as estratégias políticas portuguesas em relação à África Austral, se afiguram ultrapassadas.

Segundo o «Sunday Times», a perspectiva dum novo Governo multirracial na África do Sul seria um dos factores da urgência de tornar Angola e Moçambique os dois primeiros países-membros da Commonwealth onde o inglês não é a língua oficial. Informalmente, o estatuto de «observador» já há anos que tem sido conferido a Moçambique, país cujo acesso ao mar através dos portos de Maputo, Beira e Nacala é vital ao vasto «hinterland» que vai das minas do Rand à província do Katanga, no Zaire, incluindo a Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue e Malawi, todos países-membros da Commonwealth.

Preocupação com hegemonia sul-africana

Mas os rumores de que também Angola estaria interessada na associação começaram a avolumar-se por ocasião da última cimeira bi-anual da Commonwealth que no mês passado teve lugar em Limassol, na Ilha de Chipre, e em que se concordou na admissão da República das Camarões e se discutiu o regresso da África do Sul depois das eleições marcadas para Abril do próximo ano. O mais curioso é que, segundo o «Sunday Times», o maior óbice às ansiedades dos dois PALOP, é o facto de que a admissão de países sem ligações históricas com a Grã-Bretanha seria inédita.

Mas não, acima de tudo, as razões referidas na notícia do semanário londrino que poderão causar certa surpresa em Portugal — embora não tanto em Angola, pois, eu próprio, quando consultor da representação de Angola em Londres no princípio da década de 1980, em inúmeros relatórios, previ as consequências que poderiam advir para a África Austral da emergência duma África do Sul multirracial, transformada num pequeno potencial regional sem as inibições inerentes ao «apartheid». Coincidentemente, segundo Stephen Chan, espe-

Tanto Moçambique como Angola estão preocupados com a hegemonia sul-africana e receosos da forma como esta se vai expandir sob um governo negro. Sabem que não podem lidar com uma África do Sul próspera, mas se falarem com uma única voz talvez possam ditar algumas condições

António de Figueiredo

EXPRESSO, 13.11.93

cialista em questões da Commonwealth, tanto Moçambique, como Angola, como outros estados da África Austral estão agora muito preocupados com a hegemonia sul-africana e receosos da forma como esta se vai expandir sob um governo negro. Sabem que não podem lidar com uma África do Sul próspera, mas se falarem com uma única voz talvez possam ditar algumas condições. A Commonwealth não tem uma constituição e não há nada que diga que é preciso ter sido uma colónia britânica. É pura convenção.

Efectivamente, numa fase de crescente declínio de tal influência, principalmente na Austrália e Nova Zelândia, e na perspectiva de «despedida» de Hong-Kong, à África Austral em geral, e à África do Sul em particular, é agora a área onde interesses britânicos se encontram em fase ascendente. E o mais curioso é que, mantendo um perfil discreto, muito desse ascendente se deve ao secretariado da Commonwealth que nos últimos anos tem concentrado a sua acção no processo de democratização da África do Sul.

Com a direcção entregue a um secretário-geral negro, o antigo diplomata nigeriano, chefe Lmeka Anyàoku, a Commonwealth já há uma no que dispõe dum representante especial residente na África do Sul, o ghaniano Mosés Anafu, ex-director da Divisão de Questões Políticas do Secretariado em Londres, que passou a chefiar a Missão Observadora permanente da Commonwealth na África do Sul, em Outubro de 1992.

O seu currículo político em Ghana, em matéria de conciliação de divisões tribais e regionais, tem-se aplicado na África do Sul, no sentido de demonstrar que, ao contrário dos tempos do império, o objectivo de «dividir para reinar» foi agora substituído pelos principais unificadores da moderna Commonwealth.

Mas também indica que a Grã-Bretanha não se tem deixado ultrapassar pelos Estados Unidos no recurso a elementos negros na sua diplomacia em relação à África. No caso britânico, muito mais do que no caso norte-americano, o corpo diplomático é ainda quase totalmente constituído por funcionários de etnia branca, mas como nestas questões de África as aparências contam, o secretariado da Commonwealth vem exercendo uma útil função complementar.

Esta diplomacia complementar já se vinha desenvolvendo de várias formas, mesmo nos tempos do «apartheid», que levou o governo sul-africano quase exclusivamente «afrikaner» a retirar-se da Comunidade Britânica em 1961. Desde então, a «questão sul-africana» passou a ser alvo de protestos e boicotes nas cimeiras anuais ou jogos olímpicos e outras competições desportivas, entre países-membros e à medida que, com as independências do Zimbábue e da Namíbia, o cerco se foi apertando. A Commonwealth, através de comissões visitantes de individualidades, e por fim, duma comissão permanente de observação passou a ter praticamente uma função «fiscalizadora». Ultimamente tudo indica que venceu o desafio político.

Grã-Bretanha: o maior investidor

Mantendo o seu perfil discreto e, em mais do que um sentido, «diplomático», o Governo britânico, entretanto, foi-se ocupando de zelar pelos consideráveis interesses sociais e económicos no país. Os primeiros avaliam-se pelo facto que a comunidade imigrante britânica, com cerca de um milhão de indivíduos, a maioria dos quais com direito automático de retorno ao seu país de origem, representa quase um quarto do total da

população branca da África do Sul; os interesses económicos contabilizam-se nos biliões de libras investidos pelas grandes e médias empresas britânicas, que colocam a Grã-Bretanha como o maior país investidor na indústria sul-africana, e um dos maiores parceiros na balança comercial.

Entretanto, mesmo antes das eleições multirraciais marcadas para Abril próximo os sul-africanos têm vindo a desenvolver uma política de conciliação e reaproximação com os Governos de Maputo e Luanda. Por ocasião da recente revelação da representação sul-africana no Maputo para a embaixada, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof Botha, para a unidade da África Austral e cooperação no sentido de produzir um plano conjunto de acção para a apresentar aos países ocidentais.

«Os europeus — disse Botha — não compreendem a situação com que os governos africanos se defrontam. Temos que desenvolver uma estratégia para tentar pôr termo à marginalização da África. Chegou a altura dos líderes africanos acordarem». E no que se refere a Angola, as ofertas de intermediação por parte de Nelson Mandela, de novo reiteradas durante a visita a Lisboa, constituem uma variante da malograda tentativa de Botha que apenas confirma que os dirigentes negros estão igualmente conscientes do futuro papel duma África do Sul democratizada.

Para um observador português, ciente dos pessimistas vaticínios dos tempos coloniais, de que os sucessores dos portugueses «só poderiam vir a ser os imperialismos norte-americanos ou soviéticos», como antevia, entre outros, Cunha Leal, esta parece ser uma das projecções deterministas que não se vão realizar. E isto porque, paradoxalmente, numa altura em que noutras áreas a Commonwealth perdeu muito do seu antigo significado e influência, na África Austral, onde os próprios «afrikaneres» terão dificuldades em resistir à tendência da maioria dos estados da região, é o veículo através do qual, remando com a maré da africanização, a Grã-Bretanha ainda tem fôlego para revigorar o seu histórico ascendente.

Angola — no décimo oitavo ano...



Maria José Nogueira Pinto

PÚBLICO, 10 11 93

Quando, em 1988, voltei a pisar terras de Angola, visitando a Jamba a convite da UNITA, não fui fazer qualquer romagem de saudade.

A Angola de 1974 onde vivi, com milhares de portugueses e angolanos, as peripécias da fuga, dos riscos, das escolhas e onde assisti à derrocada da presença portuguesa com incredulidade e humilhação, impotência e pena, prolongadas em campos de refugiados na África do Sul, testemunhas que fomos de uma história rematada às três pancadas, essa tinha desaparecido para sempre.

O que me levou a aceitar o convite da UNITA e voltar a Angola foi a enorme curiosidade em saber o que se passava e a preocupação pelo futuro daquela terra, no qual, em última análise, poderia estar alguma atenuante relativamente ao tristíssimo comportamento das autoridades portuguesas no chamado processo de descolonização.

Dei então público testemunho da profunda impressão que me causou aquela convivência nas Terras do Fim do Mundo e, hoje — nada do que se passou depois alterou as premissas iniciais —, manteve a mesma solidariedade e amizade por aqueles cuja luta tenho acompanhado: o depor das armas, o regresso à cidade, os massacres, o recomeço do ciclo infernal da guerra.

Para mim, foi sempre claro que a UNITA e Jonas Savimbi gostavam mais de Angola e dos angolanos do que o MPLA e José Eduardo dos Santos. Do mesmo modo, não me restam dúvidas de que a acção do MPLA no poder, durante os últimos 17 anos, se traduziu fundamentalmente num enorme contributo para a regressão das condições de vida das populações, a miséria, a doença, o analfabetismo, a desertificação dos campos, a paralisação dos processos produtivos e a destruição das condições objectivas de liberdade.

Um ano após os massacres de Luanda, e face a tudo o que ocorreu e tem vindo a ocorrer em Angola, parece-me útil alinhar algumas ideias.

O primeiro ponto a ter em conta nesta alte-

ração das circunstâncias de fundo é que o próprio quadro global que levou aos acordos de paz para Angola, em 1990-91, se alterou completamente.

Nessa ocasião havia, como suporte activo do processo de negociação e pacificação, a vontade das então superpotências EUA e União Soviética. Cada uma delas impulsionou e levou o seu aliado e cliente em Angola, respectivamente a UNITA e o MPLA, a negociar seriamente, com o fortíssimo argumento de que não haveria mais ajuda para a guerra. Por diversas razões, outros parceiros importantes para a conjuntura angolana — sul-africanos, portugueses, franceses etc... — ajudaram e convergiram neste processo, que na época também pretendia apresentar o princípio democrático de eleições livres e justas, secundado pela introdução de uma economia aberta, como panaceia não só dos problemas angolanos, mas de toda a África Austral.

Ora, toda esta conjuntura se transformou: a União Soviética desfez-se sob o impulso de forças democráticas e centrífugas; os EUA, depois dos fracassos da Somália e da tentativa de usar as Nações Unidas como braço legal de uma nova ordem democrática mundial, entraram definitivamente numa retirada gradual do seu envolvimento externo; as tentativas de democratização em África vêm fracassando sucessivamente, até porque não existem as condições económicas, sociais e, sobretudo, culturais que permitam a pacífica alternância do poder e os direitos das minorias.

O caso de Angola é

um exemplo e uma consequência de tudo isto. O processo que levou às eleições de Setembro de 1992 deixou, a meio, de ter o apoio político e financeiro necessário para o seu bom cumprimento. As operações de recenseamento e de fiscalização careceram dos meios necessários. Isto encorajou os detentores do poder e da máquina administrativa a procurarem influenciar, fraudulentamente, os resultados e levou a oposição, praticamente convencida da razão e da certeza de uma vitória merecida, a não aceitar a decisão das urnas.

A partir daí foi a força que governou e dominou quaisquer apelos à razão e ao direito. A chamada "comunidade internacional" foi assistindo, resignada ou cínicamente (o que às vezes vai dar ao mesmo), às sucessivas tentativas de solução militar por cada um dos contendores; aos massacres de Luanda e das cidades costeiras, a UNITA respondeu em defesa própria, militarizando as populações rurais do Norte e do Centro Sul; à ameaça de cerco a Luanda e de redução dos recursos petrolíferos, Luanda respondeu com compras maciças de equipamento militar e com a utilização de meios aéreos e de equipas de mercenários estrangeiros.

De qualquer modo, feitas as sucessivas tentativas de solução militar, volta-se ao princípio do problema: nenhum dos contendores tem recursos próprios, humanos e materiais, para esmagar o outro e, como já não há recursos exteriores gratuitos disponíveis, estão condenados a uma guerra de extermínio até à exaustão de ambos, confundindo-se, vencedores e vencidos, na mesma miséria suicida.

A paz torna-se, pois, um imperativo ético e humanitário perante o qual tudo o mais deve ceder. É grande a responsabilidade da comunidade internacional, de Portugal e dos fazedores de opinião, num cenário onde só uma saída é possível e é, também, a mais difícil de alcançar. Responsabilidade, antes de mais, de permitir, ou no mínimo não impedir, que o diálogo e a confiança se restabeleçam a fim de que, sem demagogias e aplicações precipitadas de modelos exteriores, se possa criar condições de equilíbrio na partilha do poder e dos rendimentos, passo indispensável para uma Angola verdadeiramente angolana. Em nome dos mortos. Todos. Os nossos e os deles. ■

Casa Branca quer paz em Angola até ao Natal...

... mas Governo português não acredita que seja possível

EXPRESSO, 13.11.93

ACABAR com a guerra em Angola «antes do Natal» é a meta da Administração norte-americana e a próxima ronda de negociações entre o Governo angolano e a UNITA, que deve iniciar-se na segunda-feira em Lusaca, contará com um novo protagonista: o embaixador Paul Hare, recentemente nomeado representante especial do Presidente Bill Clinton para a África Austral.

Paul Hare faz escala hoje em Lisboa, onde tem encontros previstos com personalidades governamentais portuguesas ligadas ao processo angolano, a caminho da capital zambiana, e esta viagem é o único indício que confirma a iminência de uma nova ronda negocial.

O oficial Alioune Blondin Beye, representante do secretário-geral da ONU em Angola, acredita que no segredo está a chave do êxito, pelo que impõe o mais rigoroso sigilo sobre as diligências desenvolvidas depois das conversas preliminares que manteve, em Lusaca, com os representantes da «troika» — EUA, Portugal e Rússia, por um lado, e UNITA, por outro. Contudo, o EXPRESSO apurou, em Luanda, que a aceitação pela UNITA do princípio da retirada das suas tropas das localidades ocupadas depois das eleições de Setembro de 1992 «em condições a negociar» foi o dado novo que permitiu vencer as reticências da parte governamental.

Para convencer Luanda terão também contribuído, segundo outras fontes ligadas ao processo, pressões exercidas pelos EUA, na sequência de uma carta que Jonas Savimbi enviou ao secretário de Estado, Warren Christopher, na qual apelava a iniciativas rápidas de Washington para levar o Governo angolano a abster-se de actividades militares. Em meados desta semana, Luanda ordenou efectivamente uma paragem nas actividades ofensivas das suas tropas, segundo fontes em Luanda.

Na sequência destes desenvolvimentos que Washington terá dado garantias de que não haverá repetição da «maratona inconclusiva» de Abidjan e de que os acordos já alcançados e consagrados nas resoluções da ONU não serão repostos em causa.

«Pressões positivas» sobre Luanda

A presença de Paul Hare — ex-embaixador em Lusaca, tido como bom conhecedor dos assuntos da África Austral — e a confirmação da nomeação de Edmund Dejarrette como primeiro embaixador dos EUA em Angola fazem parte de

um conjunto de «pressões positivas» exercidas sobre Luanda, quer pelos EUA quer por outros países ocidentais (a Chevron, principal empresa petrolífera norte-americana em Cabinda, apresentou há dias um programa de investimento de 581 milhões de dólares e o Reino Unido acaba de conceder 10 milhões de libras de auxílio, dos quais 5 milhões de ajuda não alimentar).

Por seu lado, Beye e os três «observadores» estiveram a trabalhar em comissões — militar e civil — na preparação de um conjunto de medidas relativas ao papel da ONU na verificação e fiscalização de um eventual cessar-fogo, os famosos «anexos do protocolo de Abidjan».

Segundo fontes próximas das negociações, as principais dificuldades a vencer incidem sobre o «ponto um» da agenda de Lusaca, ou seja, nos aspectos militares — modalidades de retirada da UNITA das posições ocupadas, conclusão do processo de formação do exército único e desmobilização das FALA (forças armadas da UNITA).

Contudo, contrariando a tendência dos últimos meses, o optimismo parece ter regressado e os negociadores governamentais já não se mostram tão radicalmente descrentes da possibilidade de se chegar a «um cessar-fogo efectivo e definitivo, talvez em Dezembro».

A Imprensa e a guerra de Angola

Henrique Montelro*

NA SEMANA passada, nestas páginas, José Pacheco Pereira fez um desafio interessante: propôs que, à luz do que se sabe hoje e em nome da qualidade da informação, se revejam as notícias dadas sobre a matança de Luanda, em 31 de Outubro e 1 de Novembro do ano passado — «notícia a notícia, com autor, data e fonte».

A proposta de Pacheco Pereira funda-se em duas ordens de razões. Por um lado, porque hoje se sabe, entre outras coisas, «que nunca houve qualquer plano da UNITA para «ocupar» Luanda», e que morreram milhares de pessoas perseguidas por ordem do Gover-

no do MPLA. Por outro, porque «há um ano estava em curso uma campanha de contra-informação e nela participaram, com mais ou menos ingenuidade e manipulação, muitos jornalistas e jornais». A referência a «muitos jornalistas e jornais» é, ao fim e ao cabo, a denúncia de todos eles. O que deixa transparecer é que os jornais portugueses apenas deram a idílica versão oficial (MPLA) dos acontecimentos, levados, ingenuamente ou não, pela contra-informação.

Todos nós, por vezes, somos obrigados a rever o que dissemos ou escrevemos, e Pacheco Pereira sabe-o melhor do que ninguém. Mas, neste caso, parece-me não existir motivo. Há um ano, fiz a cobertura para o EXPRESSO dos acontecimen-

tos posteriores às eleições angolanas, e até agora não verifiquei existirem revelações que me obrigassem a alterar o que então escrevi.

Na primeira página deste jornal, em 14 de Novembro (15 dias após a matança), era publicado um título inequívoco: «MPLA tinha montado plano antiUNITA». Nele se descrevia, confirmado por fontes do próprio MPLA, como as armas tinham sido distribuídas às Organizações de Defesa Popular e quem fazia parte da direcção operacional desse plano.

Na mesma data, num artigo publicado no caderno Internacional («Angola: guerra total avizinha-se»), afirma-se que

Continua na pág. 6

Angola está à beira de um novo conflito. E desta vez os principais protagonistas não serão os soldados do MPLA e da UNITA mas os miseráveis dos musseques contra a «nomenklatura» e os «candongueiros» que fizeram fortuna à custa da guerra

O fim da picada

NICOLE GUARDIOLA
e ANTÓNIO PEDRO FERREIRA (fotos)
enviados a Angola

EXPRESSO, 13.11.93

Continuação da pág. 5

A Imprensa e a guerra de Angola

as «provas» do hipotético golpe de Estado da UNITA para tomar o poder, apresentadas pelo Governo de Luanda para justificar a sua acção, eram documentos que, «na verdade não apontam para qualquer golpe de Estado, nem tomada do poder pela força, a não ser em frases retiradas do contexto». Na mesma edição, em «A Revista», num artigo de capa intitulado «Luanda depois da matança», lia-se: «De súbito, o Governo e a Presidência, como quem atija um cão com um simples assobio, armou a população. Dois dias antes da matança, o armamento foi distribuído nos bairros e nas fábricas mais significativas (...) Quase tão subitamente como apareceram, os civis armados — que o MPLA pretendeu serem simples «populares espontâneos» — desapareceram. Pelo menos do centro da cidade — já que nos musseques há relatos de terem continuado as perseguições e as vinganças».

Este trabalho, cujas linhas gerais foram, melhor ou pior, as de outros colegas meus na altura também em Angola, nada

tem a ver com a propaganda oficial. A verdade é que os mais significativos órgãos da comunicação social portuguesa deram a dimensão da tragédia e relataram a feroz perseguição à UNITA em Luanda. Mas não esqueceram o outro lado do problema, felizmente para a sua independência: os atentados da UNITA, as suas ocupações de municípios, a chantagem e todas as acções que favoreceram a guerra. É o que distingue os jornalistas dos que fazem campanhas políticas. Em Angola não houve bons da fita.

Obviamente, não pretendo discutir as respeitáveis ideias de Pacheco Pereira sobre o assunto. Apenas não podia deixar passar em claro a referência pouco exacta ao jornalismo que há um ano se fez em Angola.

A menos que Pacheco Pereira estivesse equivocado e, quando referiu a imprensa (que devia ler), pretendesse referir alguns seus amigos no partido e no Governo, esses sim, bastante benevolentes e compreensivos perante as justificações do MPLA.

*Jornalista do EXPRESSO

«Aproveito a presença dos senhores jornalistas que são portadores da missiva para a fazer chegar (...) Sobre o pai tenho feito tudo, mas tudo, para o localizar e até ao momento não tenho nenhuma informação. Até há coisa de três semanas fiz uma operação na área onde supostamente estariam mas não foi possível localizá-lo. Tenho esperança que deve estar vivo (...) Para a minha querida irmã, um xi-coração do tamanho do universo (...)»

Luís Sequeira Figueiredo
Ucuma, 05/11/93.

O PAI de Luís, Armindo Figueiredo, luso-angolano de 59 anos, desapareceu a 7 de Janeiro de 1993 quando regressava do Sumbe a Benguela ao volante da sua carrinha branca. As tropas da UNITA, expulsas de Benguela e Lobito após dois dias de violentos combates com a polícia governamental e os voluntários da «defesa civil», tinham montado uma emboscada na estrada. Todos os veículos que tiveram o azar de passar pelo sítio errado na hora errada foram requisitados para transportar soldados e civis, mortos e feridos, a caminho do planalto. Camiões e motoristas — cerca de vinte — nunca voltaram a casa.

Luís, ex-oficial das FAPLA, desmobilizado depois dos acordos de Bicesse, voltou a envergar a farda para procurar o pai, que deslocados do interior dizem ter visto vivo, em Abril » ou Maio, ao volante da sua carrinha, algures nas terras do Galo Negro. Sabe que encontrar um desaparecido na imensidão do mato é tarefa quase impossível, mas para sossegar a irmã e as tias em Portugal, na carta de que o EXPRESSO foi portador, escreveu: «Tenho esperança que deve estar vivo.»

Quem sabe se Armindo Figueiredo e a sua carrinha, agora ao serviço da «logística» da UNITA, não serão os próximos alvos dos Mig e dos Sukkoi que acabam de descolar da base da Canumbela? Muitos dos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) têm, como Luís, familiares ou amigos «do lado de lá da guerra» e desejam, com todas as suas forças, o fim deste conflito absurdo.

Mas quase todos têm também contas a ajustar com a UNITA e repetem que, desta vez, não os voltarão a enganar. A paz, quando voltar, deverá ser definitiva e para a maioria, conseguir a implicar acabar, política ou fisicamente, com o poder de Savimbi. É raro ouvir palavras de ódio ou vingança contra os homens que combatem sob a bandeira do Galo Negro ou mesmo contra algum comandante da UNITA, tido como responsável directo de uma acção particularmente sangüinária.

«Guerra é guerra. Matar ou morrer. O único culpado é o homem que, por ambição, lançou de novo o país neste inferno», filosofa um jovem tenente, natural do Huambo, cuja única ambição era terminar o curso superior e ser professor. Não esconde a pouca simpatia que nutre pelo MPLA e os seus dirigentes, políticos e militares, mas também não enjeita o dever de combater «em defesa da Pátria e das instituições democráticas». Está duplamente frustrado: «A UNITA ganhou as eleições no Huambo, no Bié, em Benguela. Podia ter mudado este país, mas Savimbi estragou tudo. Está a destruir Angola, a UNITA e a primeira chance que tivemos de ter uma oposição forte e credível.»

O inimigo é Savimbi e Huambo é a sua capital, o seu trono. Apear o «muata» da sua cadeira de chefe é o único sentimento que parece dar consistência a este exército mobilizado e reorganizado à pressa, heteróclito e pouco disciplinado.

A guerra de Angola deixou de ser a guerra esquecida mas continua a ser a guerra invisível. Em Luanda, o Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas distribui sem cerimónias as credenciais militares que autorizam os jornalistas a visitar as frentes de combate, mas conseguir um lugar num transporte militar é uma odisséia que poucos conseguem levar a bom termo. Não por má vontade dos militares — os primeiros interessados em provar que o cessar-fogo, proclamado pela UNITA em Setembro, não impede a guerra de continuar, de Norte a Sul do país — mas em virtude do colapso total dos transportes terrestres interprovinciais. O avião é o único meio seguro de viajar de Luanda para o interior, os voos domésticos da TAAG estão superlotados e só alguns empresários e os grandes «candongueiros» podem dar-se ao luxo de fretar uma

Continua na pág. 7

Continuação
da pág. 6

O fim da picada

avioneta. Os aviões militares são a solução de recurso para todas as emergências. Os lugares disponíveis são destinados prioritariamente aos membros das forças armadas e de segurança e aos respectivos familiares, mas qualquer civil pode beneficiar do mesmo privilégio, valendo-se da recomendação de algum oficial.

A partir da base de Catumbela, quartel-general da Frente Centro, o helicóptero é o único meio para alcançar os municípios das províncias de Benguela e Cuanza Sul, recobertos pelas forças governamentais nos últimos meses, ou as posições de primeira linha, como Balombo ou Ucuma.

Mas também aqui os meios são escassos — dois Alouette e dois helicópteros de transporte de fabrico soviético, sobreviventes de outras guerras e visivelmente em fim de carreira. O material sofisticado, os blindados, os canhões, os lança-«rockets» que Luanda comprou para reequipar o seu exército estão agora longe de Catumbela, a caminho do Huambo.

Preocupado com a logística, o reabastecimento das tropas e as acções de guerrilha que recrudescem em zonas consideradas seguras, o general Armando da Cruz Neto não tem os meios necessários para evacuar os feridos, quanto mais para «passar jornalistas». Prometeu embarcar-nos no primeiro transporte disponível e acabou por prescindir do seu helicóptero de segurança para nos levar até Chongoroi com efeito, a tensão tem vindo a aumentar em toda a zona desde o passado dia 1. Os Mig e os Sukkoi descolam e aterram a uma cadência sempre mais acelerada, mas nunca estão mais de três aviões no ar ao mesmo tempo.

Oficialmente, não se encontra presentemente em curso qualquer ofensiva. E, também oficialmente, as tropas governamentais têm como missão «repelir, neutralizar e perseguir» os grupos armados que atacam as suas posições, as populações que se encontram sob a sua protecção e as colunas de reabastecimento.

Se nestas «acções de perseguição» as FAA conseguem desalojar a UNITA de alguma localidade, pior para Savimbi, que deixou de poder reivindicar o controlo de 75 por cento do território angolano.

«Foi a UNITA que provocou esta guerra e a comunidade internacional exige que se retire das posições ocupadas ilegalmente depois das eleições. Reinstalar a administração do Estado em todo o território nacional é um direito de soberania», explica o coronel Inglês Neto, porta-voz do Estado-Maior da Frente Centro.

MAS não é preciso ser um perito militar para entender a situação: a vanguarda da Frente Centro das FAA está em Ucuma e Longonjo, registam-se violentos combates nos arredores de Luimbale e, em breve, a cidade de Huambo estará ao alcance da artilharia governamental. Para se defender, a UNITA voltou à guerrilha, infiltrando pequenos grupos armados atrás das linhas inimigas, com o intuito de criar um clima de insegurança generalizado e lançar a confusão e o pânico nas fileiras governamentais e nas populações civis.

O objectivo das tropas de Luanda não é tomar o Huambo, mas pressionar Savimbi para o obrigar a negociar no quadro definido pelos acordos de Bicesse, as resoluções da ONU e o protocolo de Abidjan; a solução do conflito deve ser política, não militar, repetem, com aparente convicção, os dirigentes políticos e militares de Luanda.

Discurso hipócrita, para agradar aos americanos enquanto o MPLA prossegue os seus esforços militares para aniquilar toda a oposição e dominar todo o país pela força, como pretende a propaganda da UNITA?

«Uma tentativa de assalto ao Huambo seria uma loucura, e mesmo uma progressão, demasiado rápida, representa sérios riscos. Qualquer revés comprometeria todo o esforço de reorganização dos últimos meses. É preciso consolidar, criar segurança, reinstalar as populações deslocadas. A paz

não pode ser apenas o fim das hostilidades: é urgente repor o país a funcionar», disse-nos uma alta patente das FAA, que solicitou o anonimato.

Entretanto, na linha da frente, e na retaguarda, a chamada sociedade civil, cresce o descontentamento e a impaciência. «É preciso acabar com a guerra antes que a guerra acabe com os angolanos. Já não sobra muito tempo», desabafa um motorista de táxi de Benguela, ferido pelo rebentamento de uma mina em 1993.

Acabar, mas como? Poucos acreditam na possibilidade de um acordo de paz a curto prazo entre o Governo e a UNITA e quase ninguém imagina Savimbi no papel de líder da oposição, aguardando serenamente as próximas eleições para colher os frutos dos muitos erros e da incompetência da actual equipa governativa.

E, «no entanto», recorda Mónica, quadro superior de uma empresa privada de Benguela, «há dois anos, tudo parecia possível. Organizámos um convívio entre todos os ex-alunos do Instituto Comercial, voltei a encontrar ex-colegas que estão na UNITA e que não voltara a ver desde 1976. Abraçámo-nos, chorámos, dançámos. Foi tão bonito mas afinal, para quê?»

Os que defendem abertamente a solução militar, a continuação da guerra «até ao fim», são ainda uma minoria, mas o seu número cresce à medida que as forças governamentais anunciam novos avanços em direcção ao Huambo, a «libertação» de novas povoações. Os «jornalistas de guerra» relatam acções épicas e começam a escrever a lenda dos primeiros chefes carismáticos desta «terceira guerra de Angola». Toda a juventude carece de heróis e os da «guerra de libertação» já não dizem nada às gerações nascidas depois da independência.

O coronel Manuel de Sousa, comandante do Quinto Agrupamento, constituído na sua maioria por sobreviventes da «batalha do Huambo», é citado como exemplo de coragem física e inteligência táctica. Dizem que pediu, há duas semanas, reforços e cobertura aérea para tomar o Huambo antes do 11 de Novembro, 18º aniversário da independência. Mas surgem também figuras inquietantes, como o famoso major «Acabou-o-Gozo» que se orgulha de ter morto «500 UNITA até à Ganda» e quer «chegar a mil até o Huambo».

UM JOVEM voluntário de 18 anos, no hospital militar de Catumbela, afirma, sem hesitar, que se alistou «porque gosta de disparar contra o inimigo». A bala que lhe atravessou a coxa não temperou os seus ardores bélicos: «Quero voltar ao combate o mais rapidamente possível.» Mas quem é o inimigo nesta guerra civil sem frente definida?

Um comando jura que soldados da UNITA foram vistos a despir as fardas, a enterrar as armas e a vestir roupas de camponeses para se misturar com a população. Por isto, explica, «não podemos confiar em ninguém. Os comandos não fazem prisioneiros». Outro ferido, com um braço perfurado por uma bala, explica que estava de guarda numa posição avançada, perto de Ucuma, quando se acercou um grupo de civis: «Fingiram que eram nossos amigos mas, de repente, dispararam contra nós. Tivemos dois mortos, cinco feridos, mas matámos quatro deles.»

Histórias de sangue e violência, imagens de fome, miséria e morte preenchem o quotidiano dos angolanos, apesar da notável discreção dos meios de comunicação que evitam mostrar os horrores da guerra de forma demasiado realista.

Aliás, só a minoria mais politizada dos cidadãos segue com interesse as peripécias dos combates em curso nos campos de batalha distantes. A maioria só quer saber quando acabará a guerra e até onde chegará a crise. A vida já era difícil mas está a tornar-se impossível de suportar, inclusivamente em »

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 7

O fim da picada

» Luanda, que continua a drenar a quase totalidade dos recursos disponíveis. A luta diária pela sobrevivência ocupa todo o tempo e monopoliza todas as atenções e todas as energias. Uma proposta governamental para introduzir a «jornada contínua» e reduzir o horário laboral provocou gargalhadas. Trabalhar menos ainda? Como, se já ninguém tem tempo para trabalhar? Melhor seria que dissessem para ficar em casa até acabar a crise! Assim como assim, as caixas estão vazias e o Estado já não pode pagar a funcionários e fornecedores.

Os serviços praticamente não funcionam, os transportes públicos são quase inexistentes, luz e água são bens escassos e intermitentes, os hospitais, a abarrotar, carecem de tudo — camas, medicamentos, material, médicos. As escolas são regularmente saqueadas apesar dos guardas armados supostamente encarregados da vigilância. Luanda apodrece em pé, o país parece à beira do marasmo e, no entanto, nas horas de ponta, as ruas da capital são um gigantesco engarrafamento onde se podem admirar os últimos modelos da indústria automobilística mundial.

OS MEMBROS da «nomenklatura» e a nova burguesia — empresários privados, «candongueiros» e mafiosos — exibem sem pudor os sinais exteriores das suas riquezas, carros, casas, roupas, «boîtes» e restaurantes. A liberalização da economia, as privatizações e o novo culto da «iniciativa privada» servem de alibi para toda a classe de «negócios» raramente produtivos e quase sempre baseados em desvios, em proveito próprio, de bens ou fundos do Estado.

Mas o Estado está na bancarrota, as poucas divisas disponíveis são destinadas à compra de material de guerra, e Angola deixou de poder importar tudo o que se consome nas cidades porque o país há muito que deixou de produzir.

A paralisação da economia, o colapso do comércio interno, as sucessivas desvalorizações do cuanza e o afluxo de centenas de milhares de refugiados

e deslocados instalaram a guerra no coração de Luanda. De repente, a cidade do asfalto começou a olhar, com preocupação e receio, os imensos musseques que a circundam, conciente do enorme potencial explosivo que a miséria e a fome acumularam nos últimos anos.

«Quem chegará primeiro? As tropas governamentais ao Huambo ou os musseques à baixa?», é uma piada que os luandenses contam com um sorriso amarelo. Repetem, para se tranquilizar, que Angola não é o Zaire e que Luanda não conhecerá o destino de Kinshasa, mas, no Lobito e no Caxito são ainda visíveis os efeitos da «desbunda», da pilhagem e do saque que se seguiu à expulsão das tropas da UNITA. Roubos e destruições foram debitados na conta dos homens de Savimbi mas na antiga Companhia Açucareira do Casqueiro, entre Lobito e Benguela, foram os próprios trabalhadores que, no passado mês de Agosto, destruíram parte das instalações e as suas próprias casas. A fábrica deixou de funcionar em 1991 mas só deixou de pagar os salários em Janeiro deste ano. Para conseguir algum dinheiro, o pessoal arrancou e vendeu portas, janelas, telhados. Vivem agora ao relento, expostos ao sol e à chuva.

A crise, a penúria e o espectro da fome despertaram de algum modo o sentido crítico do «bom povo do MPLA» que sempre encarou com tolerância e bom humor as «trafulhices» dos seus políticos e a incompetência dos seus funcionários.

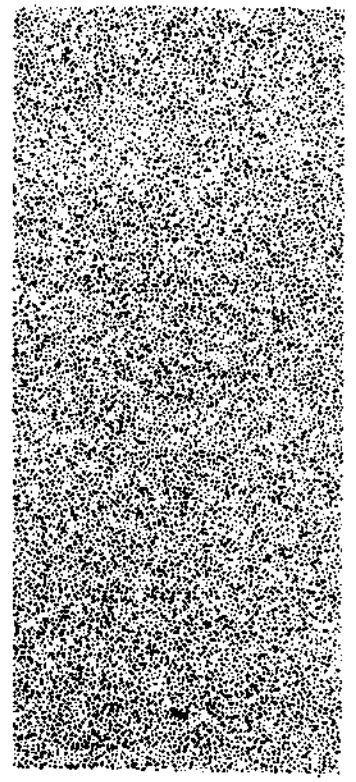
«Este país é uma calamidade. Aqui ninguém presta contas a ninguém. O Governo só sabe dizer belas palavras e não olha para o que acontece nas suas barbas», barafusta

Baldomiro, «mplista», ou seja, simpatizante do MPLA, enquanto efectua ao volante uma verdadeira gincana para fugir dos buracos, das poças de água e dos lamaçais.

«Não pode ser, isto tem de acabar», ouve-se à boca cheia em Angola.

Sibilino, um comerciante de Benguela, de origem cabo verdiana, que espera na Catumbela o avião militar que o levará a Lubango em viagem de negócios, prevê «uma outra guerra, para quando terminar esta. Houve muitos roubos e o povo sabe».

Para Paulo Jorge, governador de Benguela, onde a UNITA venceu as eleições por uma vantagem de três contra dois, a tarefa mais urgente consiste em reinstalar os camponeses deslocados do interior da província para o litoral, distribuir enxadas, catanas e sementes para iniciar as sementeiras. Os campos de refugiados entre Benguela e Lobito estão a ficar vazios apesar dos camponeses insistirem em voltar para as suas aldeias e lavras, apesar das minas e das emboscadas. No meio disto tudo, o delegado provincial de Agricultura planeia para o próximo ano uma colheita de 93 mil toneladas de milho e massambala. Optimismo de burocrata?



Muitos receiam que a guerra sirva de pretexto para replantar uma das instituições mais odiadas do antigo sistema de partido único, as BPV (Brigadas Populares de Vigilância) agora rotuladas de «Defesa Civil». As bases de recrutamento e enquadramento são as mesmas e os objectivos também. «Sel que depois de vencer Savimbi, vão tentar virar-se contra nós», diz Jorge, um «independente» que combateu com o MPLA, «que odeio», durante a batalha de Benguela, em Janeiro passado. Fê-lo para «evitar o mal maior — a ocupação militar da cidade pela UNITA».

Na frente, os militares compram aos camponeses maçarocas, galinhas, patos, cabritos e bois. E reintroduzem o dinheiro como instrumento de transacção nas zonas sob controlo da UNITA, onde tinha deixado de circular. Na peugada das tropas, comerciantes ou «candongueiros» chegarão a Balombo, Longojo ou Ucuma antes do administrador e do chefe da polícia municipal: a iniciativa privada e a procura de lucros rápidos — autênticos motores de arranque da economia angolana — estão prontas para reconstruir o país, logo que regresse a paz.

Apesar da extensão do desastre provocado pelo último ano de guerra, das infra-estruturas destruídas, dos cemitérios cheios e da miséria e subnutrição que dizimam as populações deslocadas, a vontade de viver é a impressão mais forte com que se fica ao deixar Luanda, enorme, caótica, amoral e esquizofrénica. Mas é preciso, é urgente, que «os políticos tenham juízo, porque estamos quase no fim da picada», conclui o meu amigo Zacharias.

Apesar da extensão do desastre provocado pelo último ano de guerra, das infra-estruturas destruídas, dos cemitérios cheios e da miséria e subnutrição que dizimam as populações deslocadas, a vontade de viver é a impressão mais forte com que se fica ao deixar Luanda, enorme, caótica, amoral e esquizofrénica. Mas é preciso, é urgente, que «os políticos tenham juízo, porque estamos quase no fim da picada», conclui o meu amigo Zacharias.

PÚBLICO, 14.11.93

Conflito angolano: um ano trágico

Simão Cacete*

Há um ano, em Luanda, vivia-se o rescaldo de três dias de violência sem precedentes. Milhares de cidadãos perderam brutalmente a vida — entre eles, alguns dirigentes da UNITA —, vários dirigentes de partidos políticos foram agredidos, perseguidos, detidos ou “custodiados”.

Apresentada pelo MPLA como reacção popular a uma tentativa de tomada do poder por parte da UNITA, na sequência da sua contestação aos resultados eleitorais — abandono dos seus oficiais integrados nas FAA e tomada de vários municípios —, a batalha de Luanda revelar-se-ia uma autêntica “caça às bruxas”.

Enterradas em valas comuns ou simplesmente queimadas na via pública, o número de vítimas dessa “fúria popular” ainda hoje não é conhecido. “Fúria popular” superiormente organizada e dirigida, com postos de distribuição de armas, senhas e contra-senhadas de identificação, etc., cujo objectivo era a expulsão da UNITA. A par com Luanda, outras cidades haviam vivido o mesmo clima. Iniciava-se assim um dos mais dramáticos e trágicos períodos da história de Angola.

Os vários incidentes, ocorridos um pouco por toda a parte, ao longo de 17 meses após Bicesse, e sistematicamente ignorados ou

minimizadas pela observação internacional como meros acidentes de percurso, foram criando um clima de tensão crescente, cujo máximo foi atingido com a contestação dos resultados eleitorais.

O acto eleitoral, momento charneira no processo de pacificação e reconciliação dos angolanos depois de 16 anos de guerra civil, tivera lugar sem que um conjunto de requisitos que permitiriam reduzir os factores de contestação fossem respeitados. Sem cadernos eleitorais publicados e com um número de observadores oficiais da ONU inferior a dez por cento do número de mesas eleitorais, num país cuja extensão é cerca de 14 vezes a de Portugal e com a maior parte da sua rede de estradas em estado impraticável.

As armas formalmente caladas em Bicesse haviam já vitimado vários cidadãos, alguns dos quais durante a campanha eleitoral; as agressões verbais entre o MPLA e a UNITA, através dos poderosos meios de comunicação social que controlavam, eram o dia-a-dia; o país continuava dividido, várias

extensões do país continuavam fora do controlo do Governo de Luanda, estando milhares de cidadãos impedidos de circular livremente; o exército único era ainda um sonho; os exércitos partidários haviam sido formalmente (?) extintos dois dias antes das eleições e vários dos seus elementos circulavam fardados e armados; o material bélico só formalmente estava sob custódia da Unavem; dos números dos efectivos acantonados e desmobilizados era melhor nem falar.

Estavam assim criadas as condições para que a contestação aos resultados eleitorais viesse a ter lugar. E ela poderia vir de qualquer dos participantes! O perigo de guerra estava subjacente no ambiente de paz podre que se vivia mais ou menos por todo o país: bastaria que qualquer dos signatários do Acordo de Paz contestasse o resultado e o retorno às armas ocorreria.

Em Janeiro de 1992, durante a reunião multipartidária, face ao precário cumprimento do calendário acordado em Bicesse,

Seis dólares de miséria

Nos enormes museques que circundam Luanda e onde vivem cerca de três milhões de pessoas, quase um terço da população de Angola, o milagre de alimentar uma família com um punhado de cuanzas acontece todos os dias. Um milagre de coragem, dignidade e obstinação que permanece ignorado pelos moradores da cidade do asfalto.

Esta é a história de Fernando, metro e meio de gente, empregado doméstico em casa de uma família angolana de classe média (uma tarefa comum para os homens africanos), com um salário mensal de 400 mil cuanzas, ou seja, menos de 6 dólares (1000 escudos no mercado «livre»).

Natural do Cuanza Sul, Fernando chegou a Luanda em 1979, com 24 anos, e empregou-se numa serração. O salário era escasso — 12 mil cuanzas —, mas naquela altura ainda dava para viver, graças a várias regalias sociais instituídas pelo sistema socialista então vigente.

Foi então que Fernando construiu a casa onde mora: quatro assoalhados no Samba I, um bairro «bom», de gente pacata e trabalhadora, sem água nem esgoto, imenso labirinto de vielas e becos de terra batida,

cuidadosamente varrida e limpa.

Uma porta de chapa ondulada, com sólidas trancas de madeira, dá para um pequeno curral, com chão de cimento, que serve de sala de estar ao ar livre. A casa de Fernando é a maior das três habitações que circundam este pátio interior, de oito metros quadrados, e a única que dispõe de porta e janelas com vidros.

Com casa própria e emprego certo — o que acontece a menos de 20 por cento da actual população de Luanda —, Fernando casou em 1983 com Amélia, também natural do Cuanza Sul. Tiveram sete filhos, dos quais quatro estão vivos: só os bebés mais fortes conseguem ultrapassar a transição do leite materno para as papas de farinha e água.

A vida de Fernando e dos seus mudou dramaticamente há três anos, quando a liberalização da economia e as sucessivas desvalorizações tornaram insustentável a vida dos operários. Fernando resolveu procurar emprego no sector privado.

Considera ter tido sorte. Quatrocentos mil cuanzas por mês, além da comida e de algumas «extras» — roupas usadas, um velho fogão a gás, um ou outro quilo de apicão ou arroz, café, sabão, carne de vez em quando —, equivalem a mais de três salários mínimos (120 mil cuanzas).

Quando recebe o seu ordenado, Fernando divide-o ao meio. Metade será guardada para fazer frente aos «atares»: uma doença que obriga a levar um filho ao hospital — cinco mil cuanzas para o transporte ao carro de um «candongueiro», 100 mil para 10 cápsulas de antibiótico no Roque Santinho (um dos mercados livres da capital angolana) — ou para alguma peça de vestuário para as crianças.

A outra metade é para Amélia, que com 200 mil cuanzas deve alimentar os filhos, mais uma coelhada e um rancho de sobranhos que vieram há meses para Luanda fugindo da guerra. As mulheres trabalham em casa para ajudar ao sustento de toda a família. Um saco de milho comprado a 45 mil cuanzas o quilo é descascado no pilão e posto de molho durante cinco dias. Secado ao sol, será levado à moagem mecânica e

transformado em fuba: metade para o consumo familiar, o resto para vender na praça ou trocar por peixe ou hortaliças.

Bom pai e bom marido, Fernando não fuma nem bebe: uma raridade num país onde a cerveja é considerada bem de primeira necessidade, produto estratégico e padrão monetário. Ilustrado, quer que os filhos estudem, convicto de que a instrução é a única via para escapar à sorte madrastra dos museques.

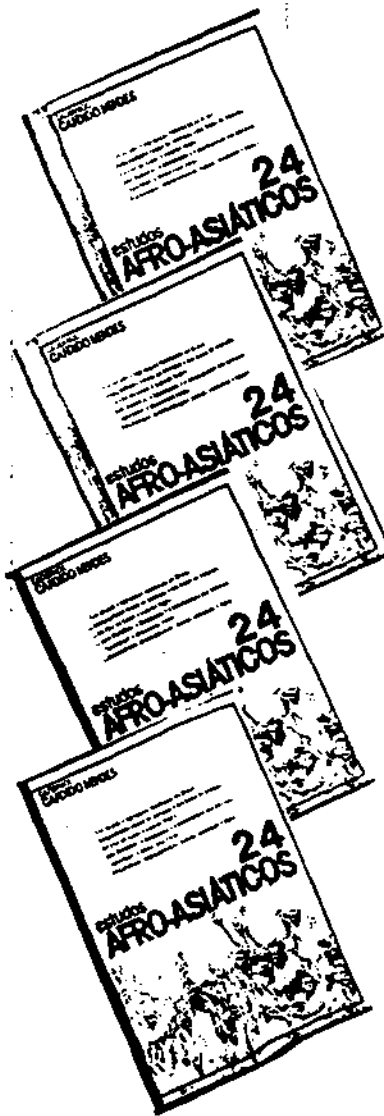
O início do próximo ano lectivo é altíssimo motivo de preocupação geral no bairro. Os professores, com vários meses de salários em atraso, ameaçam fazer greve e invocam «motivos de segurança» para se negar a dar aulas aos museques.

Ao estardecer, quando Fernando regressa do emprego, reúne-se toda a família para a principal refeição do dia. As bricadeiras dos filhos e longas conversas com os vizinhos ocupam as últimas horas. Os ofícios religiosos da igreja metodista, no bairro de Cateanga, onde toda a família ocorre aos domingos envergando as suas melhores roupas, são as únicas diversões a estes tempos de crise.

Fernando, que após inicialmente alguma resistência a receber a equipa do KIPRESSO em sua casa, acabou por aceitar para dar a coabecer «a cara escondida de Luanda». Sem queixas nem acusações. A vida, reconhece, «está difícil, cada vez mais difícil». Por culpa da guerra, está claro. Como decorreram as eleições em Samba I? «Tudo normal. Ficámos contentes porque ganhou o nosso Governo». Da batalha de Luanda, dos confrontos com a UNITA, não sabe ou não quer dizer nada: «Aqui não houve confusões, mas no Kikolo, em Viana, o povo sofreu muito.»

«Não. Aqui estou bem. Não nos falta nada», disse quando interrogado se pensava regressar ao campo, uma vez terminada a guerra.

Na Baixa de Luanda, onde a nova burguesia e os funcionários das agências humanitárias gastam numa única refeição um ano do salário de Fernando, a nossa história provocou exclamações de incredulidade: «Gente feliz, com 400 mil cuanzas? Impossível!»



Porque se vendem armas para Angola?

Ana Queiroz

O conflito angolano é alimentado internamente por um profundo ódio entre o MPLA e a UNITA. Ódio que, ao longo de mais de 30 anos de guerra, sempre impediu que se estabelecesse um único momento de trégua entre os dois movimentos. Mais fácil foram as alianças contranatura com o colonialismo português do que entre eles. Mesmo a proclamação da independência, em 1975, encontrou-os enclausurados em diferentes capitais.

A comunidade internacional, em 1975, dividiu-se quanto ao julgamento do processo angolano e alimentou a guerra pós-independência, vendendo toda a espécie de armamento para Angola, em tal quantidade que deixaria os nossos generais invejosos, pois, com um décimo do armamento então utilizado pelo MPLA, tínhamos a situação militar perfeitamente estabilizada em 1974.

Em 1992, a mesma comunidade internacional condenou unanimemente a UNITA, talvez porque o único valor incontestável, hoje, seja a noção de democracia parlamentar. E essa, vista da Europa e dos EUA, tinha sido violada. A partir deste momento, a comunidade internacional, assanhada, tudo permitirá para que o "inimigo nº 1" da democracia seja abatido.

É em nome da democracia que, doravante, se vai alimentar externamente o conflito angolano, numa espiral de violência que nos faz aceitar o extermínio frio e determinado de milhares de homens ligados à UNITA, que se equaciona tranquilamente o assassinio puro e simples de um homem, que se aceita o fim da liberdade de expressão, a tortura e a chantagem, que se olha com complacência para os dirigentes de um país que deixam o seu povo morrer à fome, ao mesmo

tempo que gastam milhões de dólares em "lobbies" e em despesas de representação e sustentam uma guerra que gasta, não milhões, mas milhares de milhões de dólares que Angola já não tem.

Em suma, em nome da democracia, a comunidade internacional legitimou de novo as acções de um governo que, para além da destruição da própria democracia, arruina uma nação para os próximos decénios. E os problemas do povo angolano continuam integralmente por resolver: a guerra, a fome, a doença, a miséria, o atraso, a saúde, a democracia!

Ao fim de um ano de guerra, talvez se possa adivinhar, senão compreender, que vender armas para Angola é apenas alimentar e legitimar uma guerra que nunca resolverá os problemas do povo angolano, permitindo apenas que ela se prolongue enquanto alguns enriquecem fabulosamente. Haverá, com certeza, na Rússia, ou em Israel, ou na Suíça, ou em Espanha, alguns obscuros homens de negócios que ganharão muito dinheiro; as luvas que pegarão aos muitos intermediários angolanos nas diferentes fases, enriquecerão com certeza umas tantas famílias angolanas que se apressarão a depositar as suas fortunas em dólares em bancos da Europa e EUA, que, assim, também ganharão alguma coisa. Mas o efeito milagroso acaba aqui. Os

governos que fecharam os olhos e os bancos que deram as garantias ficarão, mais tarde ou mais cedo, com montes de papéis em mão sem utilidade e nada mais lhes restará de que afiançar as dívidas do Governo angolano que acaba sempre, sempre, por não pagar tudo.

Final, depois de vendida a produção petrolífera e diamantífera, presente e futura, depois de milhares de mortos, pergunta-se: a paz foi conseguida, a democracia foi construída? O povo angolano vive melhor? Há progresso? Há conversações? Não, apenas vemos que o Governo desperdiça uma oportunidade de negociar a paz, aproveitando o cessar-fogo declarado unilateralmente pela UNITA, para fazer os avanços no terreno que mostrou, em combate não conseguir.

Se a comunidade internacional quer a democracia e a paz, acabar com a fome e os horrores em Angola, se está interessada em levar o MPLA e a UNITA à mesa das conversações, então não pode vender armas, não pode legitimar a guerra sancionando a venda de armamento a nenhum dos lados. O levantamento da cláusula triplo zero legitimou a fase mais mortífera e destruidora destes 30 anos de guerra e sancionou as atitudes arrogantes e inflexíveis do MPLA, que, controlando uns escassos 20 por cento do território, se julgam como os únicos interlocutores com crédito internacional para falar em nome do povo angolano. No entanto, FLEC, UNITA, a guerra, corrupção, tudo continua como há 18 anos.

É urgente que a cláusula do triplo zero seja revista. É urgente que se mostre ao MPLA que apenas uma pequeníssima parte do longo da caminho para a democracia foi percorrida. Tal como em Portugal, há uns anos, o grito "nem mais um soldado para Angola" deu a independência a esta colónia, talvez agora se possa gritar, em nome da paz, da vida, do progresso, e da via negocial: "Nem mais uma arma para Angola!"

* economista

Continuação
da pág. 9

Conflito angolano: um ano trágico

alguns partidos defenderam o reforço do papel das Nações Unidas, atribuindo-lhe a organização das eleições.

O estatuto menor atribuído às novas forças políticas, incluindo a velha FNLA, não lhes permitiria, apesar das diversas iniciativas diplomáticas encetadas junto da comunidade internacional, obter os consensos necessários para uma melhor e mais eficiente organização e fiscalização do acto eleitoral. Por razões financeiras! É óbvio que hoje o conflito angolano já terá custado à comunidade internacional muito mais, quer em ajudas humanitárias quer em esforço diplomático.

A proposta de constituição de um governo de unidade nacional, apresentada pela "troika" nas vésperas do acto eleitoral, representando uma verdadeira tentativa de salvar o processo, era também o reconhecimento de que o processo de democratização e reconciliação mal se tinha iniciado.

Só que já era demasiado tarde. Sem qualquer acordo prévio sobre os critérios para a constituição do dito governo, ao MPLA e à UNITA não custava nada declarar a sua concordância com a proposta. Depois se veria...

Assente na boa fé das partes, o cumprimento do Acordo de Paz foi decorrendo ao sabor de conveniências e cumplicidades várias, em que o interesse nacional era menos importante. Cada uma das partes estava mais preocupada com a sua vitória, a qual quer preço.

O prosseguimento do conflito, que conta com cerca de 500 mil vítimas e milhares de outras em risco de o serem, além de desviar recursos tão necessários à promoção social dos angolanos, reduzidos a mendigos da caridade internacional, tende a agravar as condições-base para uma verdadeira reconciliação nacional.

Os angolanos, principais actores nesta tragédia — matando e morrendo —, vão-se degradando física, social e moralmente. Já tudo é possível, porque para tudo se encontrará uma justificação. Além do recurso à violência, quantas vezes perfeitamente gratuita, as acções de propaganda incentivam o ódio, estreitando ainda mais a porta da reconciliação nacional.

Ao longo deste ano, poucos foram os sinais de uma clara vontade de solução negociada do conflito. Aliás, mais do que a procu-

ra de paz, prevaleceu a procura de apoios diplomáticos que conferissem maior legitimidade às acções militares a desenvolver. Até a ajuda alimentar às populações dela carenciadas e em risco de perecimento serviu de arma de pressão!

Onde estão os angolanos que, de dedo tingido após o exercício do direito de voto, declaravam: "Nós não queremos mais guerra!"?

É claro que ao conflito angolano não são estranhos interesses externos. Porém, por mais que a comunidade internacional se empenhe, a solução do conflito depende, principalmente, da vontade política dos angolanos. E em Angola parece mais fácil conciliar os interesses estrangeiros do que os nacionais.

A paz necessária e desejada pelos angolanos só será possível num verdadeiro quadro de reconciliação nacional assente na defesa intransigente dos direitos humanos. Não há solução assente no poder das armas — 16 anos de conflito mostraram-no de forma clara. As vantagens, militares ou diplomáticas, serão sempre momentâneas. Se a democracia em Angola depende do fim do conflito armado, a reconciliação dos angolanos capaz de enterrar definitivamente a guerra passa, necessariamente, pela construção de uma verdadeira sociedade democrática em Angola.

* ex-candidato às eleições presidenciais em Angola

Angola suspensa de Lusaca

PÚBLICO, 15.11.93

Jorge Heitor*

* com Aguiar dos Santos,
em Luanda

O destino de 10 milhões de angolanos depende do resultado das conversações que, em princípio, deverão arrancar hoje na capital zambiana e que visam dar de novo a paz a um país que ainda só a conheceu durante 17 meses nos últimos 32 anos. Tudo é por agora uma grande incógnita e ninguém consegue de antemão garantir que nos próximos dias saia fumo branco para uma reconciliação quase impossível. Mas os Estados Unidos vão empenhar-se no assunto.

Alioune Blondin Beye, cidadão do Mali e representante especial em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, tenta aparentemente a partir de hoje na cidade de Lusaca, capital da Zâmbia, sentar de novo frente a frente representantes do regime de Luanda e do partido de Jonas Savimbi, encontrando-se também ali como testemunhas diplomatas de Portugal, Estados Unidos e Rússia.

O enorme secretismo que nos últimos dias envolveu os preparativos desta reunião diz bem do melindre da mesma, pois que o presidente José Eduardo dos Santos pretende que se avance com uma certa celeridade, mas a UNITA já fez saber que não quer andar a toque de caixa e pretende antes que tudo seja muito bem nego-

ciado, para não restarem quaisquer dúvidas.

Os delegados governamentais, dirigidos por Faustino Muteka e Higinio Carneiro, saíram ontem de Luanda para Lusaca num jacto presidencial. Blondin Beye, por seu lado, teria ido para lá depois de uma visita efectuada, na sexta-feira e no sábado, a Windhoek, para contactar o Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, que, tal como outros chefes de Estado africanos (e não só), tem procurado colaborar na aproximação entre uma e outra parte.

Mas da chegada da UNITA não houve confirmação até ao fim da tarde, talvez devido à política de sigilo que todos os intervenientes no processo combinaram manter. E que leva até a perguntar se a prevista reunião será mesmo na capital zambiana. Ou se a comunicação social não estará a ser despistada.

Apesar da total ausência de comunicados oficiais, sempre foi possível saber que entre os assuntos que deverão ser discutidos, em Lusaca ou noutra lado, está a retirada dos rebeldes das cidades e vilas ocupadas desde há um ano, a par com a garantia de segurança para os seus dirigentes circularem livremente por todo o território nacional.

Batalha de Luanda

Se bem que o Governo insista em que a presente guerra, na qual já teria havido mais de 300 mil mortos, foi desencadeada pelo grupo de Savimbi quando — no fim de Novembro do ano passado — ocupou Uíge e Negage, no Norte do país, a UNITA gosta de recordar que, logo no fim de Outubro de 1992, começou a perseguição aos seus dirigentes e militantes na cidade de Luanda.

Para que a reconciliação se torne agora possível e se tente esquecer as feridas de um passado recente, a UNITA quer mesmo que lhe sejam entregues os corpos dos seus líderes vítimas da "batalha de Luanda": o vice-presidente do partido, Jeremias Chitunda, o secretário-geral, Alicerces Mango, e o representante do partido na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), Elias Salupeto Pena.

Mais quer a principal força da oposição a José Eduardo dos Santos ter uma maior participação no executivo, que não se restrinja a uma ou outra pasta de menor importância, e mesmo, para além de uns quantos lugares numa espécie de governo de unidade nacional, pretende vir a poder assegurar o governo de sete das 18 províncias, às quais seria concedida uma maior autonomia administrativa.

Sabe-se que a UNITA só aceita desarmar os seus homens e retirar de uma série de pontos-chave se tiver garantias da completa isenção das Forças Armadas Angolanas e das unidades que dependem do Ministério do Interior, como é o caso da polícia antimotim a que costuma chamar "ninjas".

Os rebeldes só se comprometem a retirar, ainda, se tiverem a certeza de que a ONU aumenta o número de capacetes azuis em Angola e se interpõe entre eles e as forças governamentais, impedindo que estas vão assumir o controlo dos espaços deixados em aberto.

Por tudo isto se vê que a negociação, e partindo do princípio de que vai mesmo haver negociação em Lusaca, não será nada fácil, nem se poderá resolver num escasso número de dias. As duas partes continuam a ter ideias completamente diferentes sobre o que deve ser Angola e não chegarão facilmente a um compromisso, dado que ambas se encontram coisas de poder.

Partilha de cargos

Segundo fonte diplomática ocidental ouvida em Luanda pelo PÚBLICO, a UNITA deseja integração de quadros seus nos sectores militar e policial, bem como a partilha das funções governativas, designadamente com responsabilidades nas Relações Exteriores, nas Finanças e na banca.

O partido de Jonas Savimbi pretende colaborar no controlo dos dinheiros públicos, a fim de acabar com aquilo que considera o esbanjamento de verbas do Estado por militantes do MPLA. E quer também ter uma voz mais activa na comunicação social. Mas o Governo só estaria disposto a dar-lhe

áreas onde facilmente se queimasse, como a Saúde, a Reinserção Social e a Agricultura.

Se bem que, na linguagem optimista de Alioune Blondin Beye, tudo estivesse agora bem encaminhado, porque a UNITA já aceitara retirar das zonas sob o seu controlo (e que constituem uma parte substancial de Angola), a verdade é muito mais complicada. Afinal, se a UNITA se retirar, é com condições e com contrapartidas, que passariam designadamente pelo governo de províncias como Bié, Cuando Cubango e Huambo.

Sabe-se desde já que o Governo não gostaria mesmo nada de ceder a administração do Huambo aos seus adversários figadais, pois que isso seria dar-lhes uma capital política, a segunda cidade de Angola, a mítica Nova Lisboa, criada em 1912 pelo general Norton de Matos. Assim como Luanda também não gosta da tese norte-americana de um governo de unidade nacional válido pelo menos até 1996 e, se possível, ainda para além disso.

Os Estados Unidos têm hoje em dia um diplomata especialmente encarregado de conseguir reconciliar quanto antes os angolanos, Paul Hare, e esse homem gostaria muito de garantir o cessar-fogo até 15 de Dezembro, data em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas volta a reunir-se para analisar se já há ou não condições de paz. Mas resta ainda ver se conseguirá ter mais sorte do que muitos outros políticos, de diversas nacionalidades, que de balde tentaram a paz naquela antiga colónia portuguesa.

Como não chegou a realizar-se a segunda volta das eleições presidenciais do ano passado, depois de José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi terem sido os mais votados na primeira volta, Washington entende que o actual chefe de Estado deve manter-se em funções, mas que deverá haver também um estatuto especial para o líder da oposição, associando-o de certo modo ao exercício do poder.

Para isso, e sempre segundo fontes diplomáticas, que dizem reflectir o desejo de estrategos norte-americanos, Angola deveria ser governada em coligação, tanto agora como depois das próximas legislativas, previstas para 1996, de modo a que toda a sua vida se possa ir paulatinamente normalizando até ao início do século XXI. Entretanto, dentro dos próximos dois anos, haveria a tão atrasada segunda volta das presidenciais, para se saber sem sombra de dúvida quem é que é mesmo o chefe de Estado preferido por uma maioria dos cidadãos. ■

O cessar-fogo assente em Bicesse

O ACORDO de cessar-fogo, rubricado no início de Maio de 1991 na pequena localidade portuguesa de Bicesse, juntamente com outros que estabeleciam a confiança entre as duas partes beligerantes em Angola, diz que "o cessar-fogo consiste na cessação das hostilidades entre o Governo da RPA [República Popular de Angola] e a UNITA, tendo em vista a paz em todo o território nacional".

Por estar ainda válido e as duas partes desejarem em princípio reactivá-lo, ainda que com uma ou outra correcção, recordamos aqui muitos dos seus passos:

O cessar-fogo deve garantir a livre circulação de pessoas e bens em todo o território nacional.

O cessar-fogo compreende a cessação de toda a propaganda hostil entre o Governo da RPA e a UNITA, tanto a nível interno como internacional.

O cessar-fogo compreende a libertação de todos os prisioneiros civis e militares detidos em consequência do conflito entre o Governo da RPA e a UNITA.

A efectivação do cessar-fogo não poderá pôr em causa a soberania e integridade territorial do país.

A efectivação do cessar-fogo implica, a partir da data e hora acordadas para a sua entrada em vigor:

— a cessação de todos os

ataques armados, aéreos, terrestres ou marítimos, bem como de todas as acções de sabotagem;

— a cessação de todo o movimento ofensivo de tropas ou grupos armados;

— a cessação da tentativa de ocupação de novas posições no terreno e de movimentos de forças e meios militares de uma área para outra sem prévio acordo entre as partes;

— a cessação de todas as manobras militares que visem a instalação de armamento susceptível de pôr em perigo a segurança de povoações e infra-estruturas económicas, administrativas e militares;

— a cessação das acções de patrulhamento fora das áreas a delimitar em redor das áreas de localização das tropas do Governo e da UNITA;

— a cessação de todas as acções de violência contra as populações civis;

— a cessação da colocação de novas minas e de acções que visem impedir as operações de desminagem;

— a cessação das restrições ou obstruções injustificadas à livre circulação de pessoas e bens;

— a cessação de quaisquer outras acções que possam impedir o normal desenvolvimento do processo de cessar-fogo.

PÚBLICO, 15.11.93

Os outros documentos

Para além do Acordo de Cessar-Fogo, no fim de Maio de há dois anos foram assinados em Lisboa, na presença de José Eduardo dos Santos e de Jonas Malheiro Savimbi, um Acordo de Princípios Políticos para a Instauração da Paz em Angola, um Documento de Washington e o Protocolo do Estoril, documentos que no seu conjunto deveriam garantir aos angolanos uma vida pacífica.

O protocolo conseguido em Bicesse, nos arredores do Estoril, recomendou logo que as eleições presidenciais e legislativas fossem no mês de Setembro de 1992, conforme viria a acontecer, embora o Presidente angolano tenha dito durante o processo negociado que era preciso mais tempo para preparar devidamente a ida às urnas.

Acordou-se então que as Forças Armadas Angolanas seriam constituídas por 40 mil homens no Exército, a fornecer em partes iguais pelo Governo e pela UNITA, seis mil na Força Aérea e quatro mil na Armada. Mas a demora verificada na unificação das estruturas militares de um e outro lado teria contribuído de forma substancial para que as hostilidades fossem reatadas escassos meses após a ida às urnas.

Depois da batalha de Luanda, no fim de Outubro e

primeiros dias de Novembro do ano passado, em que foram mortos alguns dirigentes da UNITA, ainda se tentou o apaziguamento na cidade de Namibe, a antiga Moçamedes. Mas era já demasiado tarde. E, no fim de Novembro, confirmava-se o reatar de uma guerra que iria ser ainda mais trágica do que nos tempos que antecederam as conversações de Bicesse.

Última hora

Entretanto, ontem à noite, o enviado especial da SIC ao Huambo, Paulo Camacho, dava conta de que o partido de Jonas Malheiro Savimbi efectuara nos últimos três dias uma série de reuniões a fim de analisar a presente situação em Angola e elaborar a estratégia para Lusaca. Bem como decidir quem é que comporia a delegação.

Por um lado reuniu-se a Comissão Política da UNITA e por outro o líder do movimento esteve a trabalhar com os seus principais conselheiros políticos e militares, referiu aquele canal privado da televisão portuguesa.

Segundo Paulo Camacho, a oposição armada ao regime de José Eduardo dos Santos receia que durante a primeira semana dos trabalhos não se consiga avançar muito, culpando desde já a parte governamental. ■

Compromisso entre o Governo e o ANC

PÚBLICO, 18.11.93

O EXECUTIVO sul-africano e o ANC (Congresso Nacional Africano) chegaram ontem a um compromisso sobre o funcionamento do futuro Governo de unidade nacional que resultará das eleições de 27 de Abril. De acordo com um comunicado conjunto, o Governo funcionará "no espírito de busca do consenso aplicado ao conceito de Governo de unidade nacional e às necessidades de um Governo eficaz".

Este ponto do dispositivo constitucional deveria ser apresentado ainda na noite de ontem, para aprovação, aos restantes 19 partidos que participam nas conversações multilaterais. De seguida, prevê-se uma sessão plenária na presença dos chefes dos partidos, para ratificar o dispositivo constitucional.

O Governo e o ANC também se entenderam sobre a forma de adoptar a Constituição definitiva do país, caso o Parlamento, a ele-

ger a 27 de Abril, não consiga nos dois próximos anos um acordo por maioria de dois terços (66 por cento dos deputados). O projecto prevê que uma maioria compreendida entre 50 e 66 por cento implica a realização de um referendo. Se, no decurso do referendo, pelo menos 60 por cento dos eleitores aprovarem a Constituição, esta será definitivamente adoptada.

O acordo também respeita ao funcionamento do Governo de unidade nacional, em substituição da aplicação de um nível de maioria qualificada que vinha a opor as duas partes. Segundo fontes governamentais, esta disposição é no entanto provisória e será posteriormente substituída por outra.

Esta questão é de grande importância para o Governo e o ANC: o primeiro, actualmente creditado com 13 por cento das intenções de voto, pretende que os partidos minoritários possam de-

ter um poder real no interior do Governo de unidade nacional. O ANC, seguro de ser o partido maioritário — as sondagens garantem-lhe 58 por cento dos votos — recusa por sua vez tudo o que equivaleria a um direito de veto e à paralisação da acção governativa.

O ministro sul-africano Roelf Meyer assegurou à imprensa ontem à tarde que não existiam "bloqueios" e que os pontos em suspenso se resumiam a "detalhes técnicos".

A recordação do falhanço, a 16 de Maio de 1992, da CODESA (Convenção para uma África do Sul Democrática) esteve no entanto presente em todos os espíritos. Enquanto as discussões pareciam estar em vias de conclusão, uma divergência sobre o nível de maioria necessária na futura Assembleia para aprovar uma nova Constituição contribuíram para o seu colapso. As negociações multi-

partidárias foram congeladas, causando um atraso de mais de um ano.

Desta vez, os negociadores não se podem permitir a um novo falhanço. Apenas poderão contra com a oposição dos refractários do processo — a extrema-direita branca e os dirigentes negros conservadores, agrupados na Aliança da Liberdade que boicotou estas negociações.

Os acordos que devem ser aprovados e que resultam de dois anos de negociações estão longe de ser negligenciáveis. Constituem um volumoso documento de 160 páginas agrupados em 14 capítulos. As negociações sobre a sua aplicação prática devem prosseguir nos próximos dias. Todos os documentos serão submetidas ao parlamento sul-africano para aprovação. ■

Catherine Abbati/AFP
em Joanesburgo



vozes em português

Mia Couto*

A velha engolida pela pedra

PÚBLICO, 14 11 93

Não sou homem de igreja. Não creio e isso me dá uma tristeza. Porque, afinal, tenho em mim a religiosidade exigível a qualquer crente. Sou religioso sem religião. Sofro, afinal, a doença da poesia: sonho lugares em que nunca estive, acredito só naquilo que não se pode provar. E, mesmo se eu hoje rezasse, não saberia o que pedir a Deus. Esse é o meu medo: só os que estão loucos é que não sabem o que pedir a Deus. Ou não se dará o caso de Deus ter perdido fé nos homens? Enfim, meu gosto de visitar as igrejas vem apenas da tranquilidade desses lugarinhos côncavos, cheios de sombras aosssegadas. Lá eu sei respirar. Fora fica o mundo, as desacudidas misérias.

Pois numa dessas visitas me aconteceu o que não posso evitar de reportar. A igreja era de pedra crua, dessa pedra tão idosa como a terra. Nem parecia obra de humano traço. Eu apreciava as figuras dos santos, madeiras a quem o engenho procura introduzir uma alma de se crer. Foi quando escutei uns hichanos. Primeiro, duvidei. Eram sons que não se traduziam em nada de terrestre. Estaria eu a ser chamado por forças do além? Estremeci. Quem está preparado para dialogar com a eternidade? Os sibilos prosseguiram e, então, me discerni: era uma velha que me chamava. Estava meio encoberta por uma coluna. Orava com o corpo todo, debruçada nessa pequenez de quem pede mais do que é devido. Voltei a ouvir seu murmurinho:

— Psst, psst.

— Eu?

— Sim, próprio você. Me ajude levantar.

Tentei ajudá-la. Desconsegui. Nem eu esperava peso tão volumoso daquela mínima criatura. Voltei a puxar. Nem uma carne nela se moveu. Fui entendendo: a velha conseguia desajoelhar-se. A rótula dela estava colada no chão, ela não podia se levantar. E me pedia um socorro de força e carrego. Logo a mim que sofro dos ossos, reumasmático. Um papélio de menos de 25 linhas: para mim já é um peso tonelável. Que fazer? Me sentei ao lado da velha, hesitando em como lhe pegar.

— Vá, me ajude, me empurre deste chão. Depressa, já estou ficando pedra.

Voltei a ajeitar as mãos no peso dela. Era um peso sem vida, com mais gravidade que a natureza.

— Não rodilhe meu vestidinho. Isso veio das calamidades, fui dada esta roupita com os padres.

Esforcei outras tentativas: a velha não descolava. Nem um milímetro. Estranhei. Estaria ela a fazer-me pouco? Um corpinho, magrito como assim, exibir tanta tonelagem? Pensei em chamar por ajuda. Mas ninguém mais não havia.

— Espere: vou chamar mais alguém.

— Não me deixa sozinha, meu filho. Não me deixe, por favor.

Me levantei para espreitar: a igreja estava realmente va-

zia. Dei uma volta, fui à sacristia. Ninguém. Me juntei à velha e lhe disse que ia chamar alguém lá fora, à rua. A senhora me segurou as mãos, com febril fervor:

— Lá fora, não. Não vá lá fora. Tente mais uma vez, só mais uma vez.

Ainda me apliquei em novas forças, dobrei os intentos. Nem um deslizar da velha. De repente, eclatou o som irremediável de uma porta. Apurei os olhos na penumbra. Tinham fechado as pesadas portadas da igreja. Acorri, demasiado tarde. Chamei, gritei, bati, pés e mãos. Em vão. Tentava arrombar a porta, a velha me dissuadiu. Era pecado mais que mortal machucar a casa de Deus.

— Mas é para sairmos, não podemos ficar aqui presos!

Contudo, a porta era à prova de forças. A verdade era que eu e a velha ajoelhada estávamos prisioneiros daquele escuro. Acendi todas as velas que encontrei e me sentei junto da velha. Escutei as suas falagens: sabe, meu filho, sabe o que estive aqui a pedir a Deus? Estive a pedir que me levasse, minha palhota lá em cima já está pronta. E eu aqui já me custo tanto! Problema é eu já não tenho corpo para ir sozinha para o céu. Estou tão velha, tão cansadíssima que não aguento subir todos esses caminhos até lá, noraléna. Pede sabe o quê? Pede que me fizesse um pássaro, desses capazes de compridas voações, desses que viajam até passar os infinitos. É verdade, filho. Esta tarde pedi a Deus que me vertesse em pássaro. E me desse asas só para me levar deste mundo.

Adormeci nessa lenga-lengação dela. Me afundei em sono igual à pedra onde me deitava. Fiquei em total cancelamento: na ausência do ruído, dos queixumes e rebulícios da cidade. Acordei no dia seguinte, sacudido pelo padre: o que eu fazia ali, dormindo como um larápio, um pilha-patos? Expliquei o motivo da velha.

— Qual velha?, perguntou o sacerdote.

Olhei. Da velha nem sopro. Não estava aqui uma senhora com os joelhos amarrados ao chão? O padre, de impaciente paciência, me pediu que saísse. E que não voltasse a usar indevidamente o sagrado daquele lugar. Saí, cabistonto. Para além da porta, o mundo era de se admirar, coisa de curar antigas melancolias. A luz da manhã me estrelinhou as vistas. Nada cega mais que o sol.

Naquela estonteação me chegou a repentina visão de uma ave, enormíssima em branquejos. Ali mesmo, à minha frente, o pássaro desarpoava, esvoando entre chão e folhagem. Acenei, sem jeito, berafundido. Ela sorriu-me: que fazes, me despedes? Não, eu não vou a nenhum lado. Foi mentira esse pedido que eu fiz a Deus. Eu não quero subir para lá, para as eternidades. Eu quero ser pássaro é para voar a vida. Eu quero viajar é neste mundo. E este mundo, meu filho, é coisa para não se deixar por nada desse mundo.

E levantou voo em fantásticas alegrias. ■

* escritor moçambicano

De Klerk settles below bottom line on safeguards

S Africa's constitution has no built-in bulwark against majority domination, writes Patti Waldmeir

FROM THE day President F W de Klerk set out to transform South Africa, he promised one thing: to prevent the abuse of state power, at the root of Africa's decline, by refusing to let majority domination replace minority rule.

He may yet achieve this: but if he does, it will be the result of luck and the goodwill of the African National Congress rather than the new constitution, which was to have been the chief bulwark against domination.

That document, due to be finalised within days, falls well short of Mr de Klerk's goals. Though some important matters remain to be agreed, the outline is becoming clear: unless there is a wholesale revision at the last moment, the ANC (which represents the black majority) will not be forced to share real power with minority parties.

It may well choose to do so anyway, conscious of the power of the ruling National party in the civil service and the security forces. But the bottom line is that the National party, guarantor of minority interests, would find it difficult to use the constitution to force the ANC to change course.

National party negotiators believe they will not need entrenched constitutional provisions to play a powerful role in restraining the ANC: they believe the ANC's assurances that it does not wish to govern alone (and does not believe it could do so effectively); and they judge their electoral strength will permit them at least some blocking power (though they may need as much as 40 or 45 per cent to block decisions in cabinet, and latest polls show NP support at 13 per cent).

But several government negotiators do not dispute that the National party has settled below its bottom line on crucial issues; they insist it had little choice. As a minority government whose power diminishes by the day, negotiators clearly calculated that a deal done now would be preferable to that available next month or next year. They recall that the National party would have had

significantly stronger blocking powers under the constitution nearly agreed last year in the Convention for a Democratic South Africa (Codessa). Some believe the government blundered by refusing a deal then, only to accept a lesser package now.

That package fails to deliver several of the checks and balances which the National party had insisted were essential. The party's 1991 constitutional proposals called for political power to be divided between three tiers of government — central, regional and local — with each tier to have "original and entrenched authority with which other tiers of government may not interfere".

In fact, central government retains wide powers to "interfere" with regional governments: though the regions (to be called "provinces") are to be granted primary responsibility for areas such as primary and secondary education, housing, health, and policing, central government reserves the right to intervene in these areas to impose uniform national norms and standards, to ensure proper regulation, to protect the national economy or national security, and where there are implications for national economic policy. In short, the constitution authorises central government to intervene in terms so vague as seriously to undermine regional autonomy.

Though government officials insist that provinces will have "all" powers over primary and secondary education, it is understood that a national curriculum, probably including compulsory languages, will be imposed from the centre and that the central education ministry in the new government will retain almost all the powers of the current ministry — yet no one would dispute that South Africa is now a highly centralised state.

In the crucial area of regional policing — perhaps a regional government's most important power — the

party has compromised its demand for regional police forces. According to a deal yet to be finalised, there is to be only one national police force; government sources say this is merely a symbolic concession, because powers will be devolved from the centre to regional commissioners of police responsible to regional, and not central government.

But according to joint ANC/NP proposals, the president will have veto powers over appointment of regional commissioners; and central government will retain control over public order and internal stability. One ANC negotiator called this "a national police force with federal trimmings".

Much will depend on how the constitution will be interpreted by the constitutional court, which will adjudicate disputes between the regions and the centre and do much to shape the future state. But here too, the constitution leaves room for abuse. According to joint ANC/NP proposals, the new president (likely to be from the ANC) will, in effect, control the appointments of all 11 Constitutional Court members. He must consult the multi-party cabinet before deciding, but no other party is likely to be able to muster sufficient support to overrule him.

Exactly what percentage vote would overrule the new president in cabinet remains to be agreed; but the latest proposal calling for 55 per cent support for most decisions, and 60 per cent for budget and security matters, falls far short of Mr de Klerk's original demand for a "collective presidency" where leaders of the three major parties would take decisions by consensus.

His promise of "no domination" has always been based on ensuring real power-sharing between parties in cabinet, and between the centre and the regions. Only time will tell whether such power-sharing develops voluntarily. The constitution does not prevent it — but it does far less than expected to ensure it.

Constituição sul-africana

A ÁFRICA DO SUL terá nove regiões, segundo o projecto de Constituição ontem aprovado pelos partidos que estão a negociar o futuro do país: Natal/Kwazulu, Transvaal Setentrional, Transvaal Oriental, Noroeste, Pretória-Witwatersrand-Vereeniging, Orange, Cabo Setentrional, Cabo Ocidental e Ca-

bo Oriental. Quanto ao Tribunal Constitucional, será formado por cinco juizes do Supremo e seis constitucionalistas, a nomear pelo Presidente da República, em consulta com o governo. O projecto constitucional vai na próxima semana ser submetido à aprovação do Parlamento, devendo as nove regiões — que terão as suas próprias assembleias legislativas — substituir as quatro províncias e 10 bantustões actualmente existentes. ■

